

Dividido, Centrão é derrotado no direito de propriedade

Editoria de Arte

Luiz Novais

Da Sucursal de Brasília



"Roberto" (sentado), Righi, Sant'Anna, Lourenço e Fiuza, do Centrão, discutem durante a sessão plenária de ontem

Iensen também sai e se torna "evangélico"

Da Sucursal de Brasília

Até o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney, deixou o Centrão. Agora, ele integra o "Grupo Parlamentar Evangélico", formado por constituintes evangélicos, e pretende ter uma postura "independente". "Vamos trabalhar mais unidos", disse Iensen.

Sem críticas

Cauteloso, não criticou o Centrão. Mas não escondeu sua decepção com o processo lento de votação da nova

Constituição. "Não queremos uma avacalhada", afirmou. Seu nome foi incluído na "lista dos traidores" distribuída pela CUT, mas Iensen garantiu que isto não influenciou em sua decisão.

"O meu povo não me ataca", disse sobre seus eleitores. Apesar desta nova postura "independente", Iensen deverá votar em muitas emendas do Centrão. "Se for para o bem do povo, eu voto com eles", declarou. Isto certamente acontecerá na votação do mandato do presidente Sarney. Iensen não mudou de posição: ainda vota nos cinco anos.

Quem sai do Centrão

Do grupo evangélico: João de Deus (PTB-RS), Orlando Pacheco (PFL-SC), Matheus Iensen (PMDB-PR), Manoel Moreira (PMDB-SP), Fausto Rocha (PFL-SP), Jayme Paliarin (PTB-SP), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto Vital (PMDB-MG), Milton Barbosa (PMDB-BA), Salatiel Carvalho (PFL-PI), Gidel Dantas (PMDB-CE), Costa Ferreira (PFL-MA), Antonio de Jesus (PMDB-GO) e Rubem Branquinho (PMDB-AC).

Os coordenadores do Centro Democrático, que tentam levar a base do grupo a romper com o Centrão: Expedito Machado (PMDB-CE), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Marcos Lima (PMDB-MG) e Arnaldo Moraes (PMDB-PA).

Evangélicos e integrantes do Centro Democrático se retiraram do grupo

Foi um dia negro para o Centrão. A "rebelião" de alguns coordenadores do grupo desandou no fracasso de um acordo firmado com a liderança do PMDB que garantia a aprovação de uma definição conciliatória de propriedade e aprofundou a divisão do grupo. Enquanto os líderes do Centrão tentavam contornar a crise, o grupo começou a se esfalar. Quinze parlamentares evangélicos deixaram o grupo e os peemedebistas membros do Centro Democrático contabilizavam, até às 18h15, 44 assinaturas de parlamentares dispostos a sair do Centrão.

"Está uma bagunça generalizada, que não dá para entender nada", disse o deputado José Lins (PFL-CE), um dos relatores das propostas do Centrão. Nenhum dos coordenadores do grupo esperava uma derrota na votação da definição da propriedade privada. Foi um susto. A primeira providência foi marcar uma ampla reunião, na noite de ontem, para analisar o resultado. "É imprescindível uma conversa", cochichou o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) ao deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Nervoso e transpirando muito, Magalhães queixava-se do "estrelismo" de alguns coordenadores. "Todo mundo quer aparecer", afirmou. O fracasso do acordo firmado com o PMDB decorreu de uma "rebelião das bases" acoplada à "ciumeira" da ala "metaleira" do Centrão. O deputado José Lourenço (PFL-BA), que não participou da

reunião que fechou o "acordão", foi o principal responsável por "melar" a proposta conciliatória.

Às 10h30, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) obteve o aval definitivo do senador Mário Covas (PMDB-SP) para o entendimento. Tudo estava fechado, mas, uma hora depois, Lourenço telefonava a Covas, dizendo que estava com problemas com "o meu pessoal". Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lins deram apoio a Lourenço, além de um "detalhado assessoramento" da União Democrática Ruralista (UDR) contra o texto do acordo. Às 12h15, Lourenço rompeu o acordo sem especificar os motivos.

O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos principais líderes do Centrão, tentou reabilitar o texto do entendimento, em plenário, em conversas com Covas. Ganhou um apelido: "Jerônimo, o herói do Centrão", numa alusão à uma rádio-ovela que fez sucesso. Não conseguiu unir o grupo. De mau humor, sentou-se num canto do plenário e não tentou mais nada.

Defecções

"As lideranças precisam recuperar seu respaldo", disse o deputado Afif Domingos (PL-SP). Ele defendeu a negociação entre os dois grupos. "Ninguém tem 280 votos", acrescentou. A solução para a aglutinação do Centrão seria a formalização de uma liderança única.

Tanto Afif quanto Magalhães sugerem o nome do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Enquanto Magalhães insistia na tese de que é preciso "administrar" os "constituintes-desastrados", em vez de "isolá-los", um grupo de quinze constituintes do bloco dos evangélicos, que votavam com o Centrão, formalizaram a dissidência. "Não somos um grupo ligado aos interesses desta direita reacionária", disse o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), um dos deputados mais ligados ao governador Orestes Quércia.

Numa reunião na manhã de ontem, os evangélicos formaram o Grupo Parlamentar Evangélico, que será comandado pelo deputado Gidel Dantas (PMDB-CE), presidente da Confederação Evangélica Brasileira. Hoje, às 10h, o grupo tem uma reunião marcada com Covas. Preocupados em serem "estigmatizados" como membros do Centrão, os evangélicos querem ter uma posição "independente".

Sem formalizar a dissidência, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) coletava ontem assinaturas de parlamentares dispostos a deixar o Centrão. Não mostrava a lista, mas afirmava ter 44 nomes. "Estamos voltando para o PMDB", disse Machado. Mas acrescentava que o grupo quer ser "independente". No que era retrucado por Afif, "ele quer apenas reaparecer, ser o fiel da balança nas negociações".

Desagregação marca o grupo, diz Funaro

Da Reportagem Local

"O Centrão está marcado por uma desagregação." Foi assim que o ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro definiu o grupo suprapartidário, anteontem à noite no programa "Roda Viva", da TV Cultura de São Paulo. "O Centrão está mostrando o que é, está se esvaziando, está mostrando que não será nunca o grande Centrão que alguns esperavam", acrescentou. Sobre seu partido, disse que o PMDB "vive momentos de intranquilidade".

Funaro não quis fazer comentários sobre o ex-ministro do Planejamento Anibal Teixeira ("tive só uns dez encontros com ele") e afirmou que não se considera um candidato à indicação do PMDB para uma eventual disputa da Presidência da República. "O que existe são as publicações que a imprensa faz de pesquisas de opinião pública, pesquisas onde o meu nome aparece com uma porcentagem alta de aceitação", disse. "Sou obrigado, então, a debater com a sociedade as idéias que defendo, e é isso que tenho feito."

Centristas se animam com pesquisa sobre estabilidade

Da Sucursal de Brasília

O resultado da Pesquisa Folha sobre as propostas alternativas à estabilidade no emprego proposta pela Comissão de Sistematização, publicada na edição de ontem, animou o Centrão. "São dados reais, que refletem a posição da sociedade e dos parlamentares. São importantes para o Centrão", disse o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a pesquisa, 46% dos parlamentares apoiam o pagamento de indenização como fórmula alternativa. Outros 44% dos constituintes querem estabilidade, através da proibição de demissões imotivadas. Uma pesquisa, em dez capitais, mostra que 49% da população aprova também a indenização, enquanto 44% preferem a proibição de demissão sem justa causa.

"Sem dúvida alguma, isso influencia a negociação", afirmou o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), comemorando o resultado da

pesquisa. O Centrão está fazendo uma pesquisa entre os 559 constituintes sobre a melhor solução para a proposta de estabilidade aprovada pela Sistematização. "O grau de variação é muito grande nesse assunto", disse Ponte.

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), disse que a pesquisa é "um elemento informativo, que tem de ser considerado". Tanto Covas quanto o Centrão defendem o princípio da indenização, mas discordam sobre a permanência desta fórmula. O Centrão quer que a palavra "indenização" seja inserida no corpo permanente da nova Constituição. O PMDB quer a inclusão do princípio da "garantia de emprego" no texto permanente, com a indenização apenas nas Disposições Transitórias.

"Continuo convencido de que a melhor solução é a garantia de emprego no corpo permanente e a indenização nas transitórias", disse o deputado Paulo Paim (PT-RS), ao comentar a pesquisa.

A questão do direito de propriedade, cuja votação vem sendo adiada desde a noite da última quinta-feira, dividiu o Centrão e provocou sua derrota

no plenário na sessão de ontem do Congresso constituinte. A proposta do grupo obteve apenas 236 votos contra 248 e 19 abstenções. A "esquerda" e a liderança do PMDB também não conseguiram aprovar sua proposta de recuperação do texto da Comissão de Sistematização, obtendo 255 votos contra 214 e 42 abstenções. Em ambos os casos houve falta de quórum regimental de 280 votos, o que provocou a rejeição das fórmulas do Centrão e da Sistematização.

Ao final de quatro votações tumultuadas sobre a definição do direito de propriedade, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que presidia a sessão, passou à votação do parágrafo seguinte (que não chegou a ser concluída), em virtude da rejeição de todas as propostas. Sob os protestos do Centrão, prevaleceu a determinação anterior do deputado Ulysses Guimarães de que, não havendo entendimento, a votação prosseguiria enquanto corria o prazo regimental de 48 horas para obtenção de um acordo. O Centrão defendia a suspensão da sessão.

Além dos textos do Centrão e da Sistematização, foram votadas emendas dos deputados Amaury Muller (PDT-RS) e Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP). Ambas foram rejeitadas porque continham os princípios do texto da Sistematização: mantinham a subordinação do direito de propriedade ao bem-estar social e não especificavam que as desapropriações deveriam ser em dinheiro. O texto do Centrão não estabelece relação entre este direito e o bem-estar social e prevê indenização em dinheiro para qualquer desapropriação. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) propôs uma reunião de lideranças para hoje, às 11h, quando oferecerá um texto visando o consenso. Se houver acordo, a questão volta à pauta de votações na sessão de hoje.

Tumultos

A polêmica em torno do direito de propriedade provocou tumultos no plenário antes mesmo do início das votações. Os últimos oradores do horário destinado às "comunicações de lideranças" mal podiam ser ouvidos, em virtude do barulho provocado pelos diversos grupos que se formaram no plenário, numa última tentativa de se chegar a um acordo.

A votação se realizou por volta das 16h30 e o Centrão, diante da derrota, tentou suspender a sessão para que não fosse votado o texto da Sistematização. Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Gastone Righi (PTB-SP) voltaram a insistir na tese de que havia se configurado o "buraco negro" (suspensão da sessão por até 48 horas para apresentação de um novo texto para Cabral), sendo novamente contestados por José Genoíno (PT-SP). Mauro Benevides disse que a questão havia sido decidida anteriormente e determinou que a votação fosse iniciada.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), inscrito para defender o texto da Sistematização, disse que não se tinha chegado a um acordo porque o Centrão "queria que o Brasil engolissem goela abaixo um dispositivo incompatível com o direito moderno". Bonifácio de Andrada (PDS-MG), inscrito para falar contra, disse que "não há liberdade sem propriedade".

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) sucedeu Bonifácio, para defender o texto da Sistematização. Ele disse que a proposta do Centrão era inaceitável, porque retirava a subordinação da propriedade ao bem-estar social. "Quem vai defender o mal-estar social?", indagou ele. Para discursar contra, o Centrão recorreu ao senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que concluiu fazendo um apelo à negociação e posterior votação. Passarinho foi aplaudido de pé por dezenas de integrantes do Centrão.

Terminada a votação, com a derrota da "esquerda" e da liderança peemedebista, Carlos Sant'Anna tentou novamente suspender a sessão. Ele alegou que não havia mais os textos do Centrão nem da Sistematização, por isto não se podia "emendar o nada". José Genoíno alegou que as emendas seguintes eram substitutivas (substituíam todo o parágrafo). A Mesa acatou este entendimento, ainda seguindo orientação dada sexta-feira pelo deputado Ulysses Guimarães. Depois de iniciada a votação, Righi tentou suspender a sessão, com o mesmo argumento de Sant'Anna. "Não pode haver substituição do nada. Esta aberração não pode continuar", disse, aos berros. A votação prosseguiu. Na votação da emenda seguinte, de Lula, o Centrão desistiu de tentar obstruir.

A emenda de Lula foi defendida pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e pelo senador Paulo Bisol (PMDB-RS). Plínio pediu a todos que pelo menos lessem a emenda, para constatar que ela nada tinha de "socializante". Ele disse que se tratava de uma proposta "pragmática", que visava sobretudo impedir a especulação de terras agrícolas. Gastone Righi, ao discursar contra, disse que a emenda de Lula era "fruto de um analfabetismo total". "Esta sim, é retrógrada. Mil vezes a do Centrão", disse ele, qualificando Plínio de "príncipe romano" (o deputado petista havia feito algumas citações em latim). A emenda de Lula obteve 134 votos a favor, 317 contra e 23 abstenções.